

**OLHARES SOBRE TIMOR
LESTE: DA MEMÓRIA
HISTÓRICA À CONSTRUÇÃO
DO ESTADO**

SUMÁRIO:

Editorial <i>Maria Raquel Freire</i>	1
Teoria da P@X Como surgiu e para onde vai o Estudo da Paz <i>Antero Benedito da Silva</i>	2-4
Mai husi neebe no atu ba neebe, estudu ba dame nian <i>Antero Benedito da Silva</i>	5-7
Timor-Leste: dez anos de independência e democracia <i>Rui Graça Feijó</i>	8-9
Ideias de direitos humanos nos murais e graffiti de Timor-Leste <i>Marisa Ramos Gonçalves</i>	10-12
Memórias de Timor <i>Major-General Martins Ferreira</i>	13-14
Observatório da P@x	15
Recensões <i>Taur Matan Ruak – A vida pela Independência</i> <i>Carla Luís</i>	16-17
<i>Out of the Ashes: Destruction and Reconstruction of East Timor</i> <i>Daniela Nascimento</i>	17-18
Estudos da P@x Observando as eleições legislativas em Timor-Leste, 2012 <i>Maria Raquel Freire, Ramon Blanco de Freitas, António Leitão, Paula Duarte Lopes</i>	19-20
Promoção da participação comunitária como prevenção da maldição dos recursos naturais <i>Zenilton Zeneves</i>	21-23
Uma década de soberania em Timor-Leste: testemunho de um Voluntário das NU <i>Tiago Alves</i>	24-25
No radar A UE e o Prémio Nobel de que Pazes? <i>Marco Rosa</i>	26-27
Quênia: Reescrevendo o futuro? <i>Alexandre de Sousa Carvalho</i>	28-29
Sotão da P@x	30-32

P@X

Coordenação Linha de Estudos para a Paz/CES:
André Barrinha

Número temático organizado por:
Maria Raquel Freire e Paula Duarte Lopes

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia José Santos

Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz
Centro de Estudos Sociais
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nhumept/pages/pt/apresentacao.php>
paxinfo@ces.uc.pt

P@X boletim online

Editorial

Mais de dez anos após a independência de Timor-Leste, os estudos sobre a consolidação da paz, muito em torno do trabalho que as Nações Unidas e outros organismos internacionais foram desenvolvendo no território, além do aprofundamento de cooperação bilateral entre as autoridades timorenses e estados parceiros, demonstram a dependência desta independência, nem sempre sublinhando a relevância da dimensão interna – desde o nível governativo até ao nível comunitário – ao longo dos últimos anos.

Esta edição do P@x, inserida no âmbito do projeto “Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor Leste e a contribuição de Portugal” [1], visa olhar o percurso histórico, político, social e económico de Timor-Leste sob perspectivas distintas e que, de um modo muito concreto, validem a importância do entendimento do local enquanto nível de análise central à compreensão de dinâmicas variadas e da forma como estas se vão afirmando (ou não).

Este número torna-se, em si mesmo, especial, ao explicitar como surgiram os

Estudos para a Paz em Timor-Leste e como esta é uma área que se tem vindo a desenvolver e pretende consolidar, como o enraizamento de procedimentos democráticos se tem vindo a fazer, num quadro onde formalidade e informalidade convivem lado a lado, como podemos olhar e interpretar as respostas de grupos comunitários a questões de direitos humanos e de respeito por um passado ainda presente, como a presença portuguesa se fez e tem feito sentir, neste caso em particular sob uma perspetiva militar.

Num registo de testemunho, junta-se o relato de um voluntário português que esteve integrado na última missão das Nações Unidas, o relato de trabalho comunitário desenvolvido em prol do crescimento sustentável e equitativo de um país rico em recursos fósseis, e um relato de observação eleitoral, elaborado por membros da equipa do projeto que estiveram no país em junho/julho passados.

Também neste número, inauguramos uma nova seção no P@x, “No Radar”, com artigos de atualidade internacional.

No conjunto de textos que recolhemos nesta edição, os olhares sobre Timor-Leste são distintos, mas convergem no entendimento de que, em diferentes frentes e de diferentes modos, face a um percurso por vezes sinuoso e pautado por inúmeros desafios, a consolidação de estabilidade e paz tem marcado e continuará a marcar a agenda.

Maria Raquel Freire

Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP), Centro de Estudos Sociais/UC.

Notas:

[1] Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/CPJ-CPO/115169/2009).

Teoria da P@X

COMO SURTIU E PARA ONDE VAI O ESTUDO PARA A PAZ

Mais de 500 militares desertaram o quartel geral das F-FDTL (Forças Armadas de Timor-Leste) e iniciaram uma demonstração violenta a 28 de abril de 2006. Dias depois em Bebonuk, um pequeno bairro ao lado do rio Comoro na parte oeste da cidade de Díli, onde eu vivia, as crianças foram com pedras nas mãos, os jovens com espadas samurai formaram grupos, e envolveram-se em confrontos violentos, com objetivos políticos ou meramente criminais. As famílias deslocaram-se para os seus distritos, e poucos conseguiram permanecer no bairro e os jovens foram identificados com atos violentos. Face à elevada insegurança, o bairro Bebonuk foi considerado uma das zonas vermelhas em Díli.

Os líderes principais do país já pediam uma nova intervenção das forças internacionais. Deste modo, os Australianos foram os primeiros a fazer uma intervenção quase imediata. No entanto, a natureza da sua intervenção foi demasiado militarista e pressionou a propagação da divisão étnica: Lorosae e Loromono (leste e oeste). Preocupados com a instabilidade da situação, como grupo de antigos clandestinos, encontramos-nos no aeroporto no dia 2 de junho de 2006, e chegamos à conclusão que a evolução da situação ia piorando. O cenário de uma guerra civil protagonizada por forças externas e alguns partidos políticos de oposição no país, foi uma possibilidade real. O mesmo cenário, protagonizado pela União Democrática de Timorenses (UDT) em agosto de 1975 levou à invasão da Indonésia. Referências também indicam que a politização da etnicidade é considerada muito perigosa. Sabemos bem que o conflito étnico no Ruanda causou um milhão de mortos em duas semanas. O conflito étnico no Iraque permitiu a intervenção cunhada de *pre-empted war*, dos Estados Unidos da América em março de 2003.

Foi então a nossa disposição, como Timorenses conscientes, de não admitir a evolução de tal situação e vimo-lo como necessário fazer todos os possíveis para limitar a expansão do conflito armado e também de encorajar os jovens a serem sujeitos de mudança e de recuperação da

solidariedade social. Começamos então a nossa intervenção tomando como base o bairro Bebonuk, com um pequeno grupo de jovens voluntários, maioritariamente mulheres, vindos de vários bairros da cidade. Estes foram à procura dos seus colegas para evitar o seu envolvimento em atos criminosos. O grupo foi chamado *Belum Komunitariu* (Amigos Comunitários). O tempo passou e crescemos em ideias e número de participantes, e com o apoio de um instituto local, *Kdadalak Sulimutuk Institute* (KSI), e do Movimento de Solidariedade de Estudantes, realizamos os primeiros diálogos críticos em Bebonuk e noutro bairro chamado Becusse na parte leste da cidade. Diálogo crítico porque os participantes discutiram em conjunto e investigaram através de alguns métodos de análise de conflito para identificar as causas e definir estratégias de intervenção e transformação da situação. Ficamos surpreendidos com a ativa participação de jovens e membros das comunidades locais que haviam sido traumatizados. Consequentemente, chegamos à conclusão que a maior causa do conflito era multidimensional e sobretudo política e estrutural, então a nossa intervenção foi necessariamente multinivelada para corresponder à situação. Trabalhámos com as redes existentes de solidariedade internacional, incluindo um grupo conhecido como *Global Partnership of Armed Conflict Prevention* (GPPAC). Promovemos diálogos, facilitámos encontros entre líderes distintos do país e também entre alguns elementos do grupo de peticionários, particularmente Gastão Salsinha, o seu líder.

Depois de três meses de mobilização, em setembro de 2006, como Amigos Comunitários, com apoio da KSI, do Movimento de Solidariedade de Estudantes, e do Fórum Nacional de ONGs, reunimos 200 jovens Timorenses dos 13 distritos em Oecusse e analisamos em conjunto as causas do conflito, celebrando ali também o Dia da Paz da ONU a 21 de setembro de 2006.

Teoria da P@X

Nesta época, muitos grupos internacionais fizeram intervenção incluindo o Grupo de Madrid, Grupo de Nelson Mandela e do Comité Nobel da Paz da Noruega, em cima da intervenção da ONU com o objetivo de normalizar a situação. Quando a ONU revelava o resultado final numa investigação acerca do conflito em outubro de 2006, o conflito étnico transformou-se num de artes marciais entre Timorenses. No entanto, os peticionários persistiram nos seus protestos nas montanhas até à morte do Major Alfredo Reinado em fevereiro de 2008.

A Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) como uma das instituições simbólicas de unidade nacional no país, também foi dividida por assuntos étnicos e políticos. Com o apoio da estrutura da UNTL, particularmente da Faculdade de Ciências Sociais, e também com algum apoio financeiro da Missão Irlandesa em Timor-Leste conseguimos estabelecer o hoje chamado Instituto para os Estudos da Paz e Conflito (IEPC). Este instituto facilitou um espaço de diálogo dentro da universidade para contribuir para a transformação do conflito que a universidade estava enfrentando. Desde a universidade, o IEPC conseguiu organizar as seguintes atividades: promover diálogos entre jovens de diferentes bairros e organizações, o que culminou num *peace camp* com a participação de 50 jovens na ilha de Atauro no mês de maio de 2007. Esse mês viu também a segunda ronda da eleição Presidencial, na qual o antigo diplomata Dr. José Ramos Horta foi eleito para liderar o país nos cinco anos seguintes. Após a atividade em Atauro, recrutámos alguns dos participantes como voluntários e outros foram importantes nos diálogos iniciados por outras agências, incluindo o governo. Quando mais de 30 casas foram incendiadas em Uato Lari (área considerada zona de conflito) por jovens da formação Governo Aliança Maioria Parlamentária (AMP) liderada pelo antigo combatente Xanana Gusmão, mais uma vez, o IEPC fez uma intervenção rápida e trabalhou em conjunto com os líderes locais, processo que culminou na Declaração de Paz em Dare, Díli, no fim de 2007.

Desde então o IEPC tem facilitado uma série de intercâmbios regionais de académicos e estudantes, conduzindo pequenas pesquisas com o envolvimento de estudantes, e participando em encontros públicos e movimentos sociais.

Para dar continuidade a estas várias atividades, a nossa maior força foi a contínua contribuição voluntária e heroica dos nossos estudantes e de alguns académicos da UNTL. Felizmente, mais de 20 pessoas dos nossos voluntários foram já admitidos como funcionários locais em algumas agências da ONU enquanto outros estão a trabalhar em várias agências do estado e em ONGs. No ano 2012 conseguimos publicar um livro sobre a questão dos Peticionários, e dois outros livros, um sobre a transformação policial e outro sobre movimentos de jovens clandestinos, que estão agora no processo de revisão. Em termos de pesquisadores, quando começámos o programa, eu era o único académico na área de Estudos da Paz. Hoje, temos um doutorado na área da Educação para a Paz e três magistrados na mesma área e, este ano, pela primeira vez, a UNTL apoia o Instituto para Estudos da Paz e Conflito, a fim de estabelecer um programa de pós-graduação na área de Estudos da Paz e Conflito. Por volta de 15 a 20 estudantes foram admitidos para começar o curso e, de entre eles, dois estudantes, através de uma colaboração regional em *Peace and Human Security*, estão a frequentar os seus estudos na Universidade de Osaka no Japão. O IEPC está a tentar multiplicar as suas relações dinâmicas com plataformas regionais e internacionais e instituições académicas, incluindo universidades em Portugal.

Hoje, o Instituto para os Estudos da Paz e Conflito tem três pilares principais no seu programa: programa pós-graduação, pesquisa e formação, particularmente na área da liderança. No passado mês de setembro o IEPC começou o programa Mulheres, Paz e Liderança, e mais de 20 estudantes de várias universidades na cidade de Díli estão a frequentar este programa até ao fim do presente ano.

Teoria da P@x

A fim de assegurar a qualidade do ensino, temos planos para uma transformação da nossa pedagogia de educação em Timor-Leste. Combinamos os métodos clássicos de tutorias com os nossos paradigmas mais recentes: o método participativo e a pesquisa de ação para a transformação social. A pesquisa de ação permitirá aos estudantes habituarem-se a questões fundamentais do nosso mundo e das comunidades locais tanto como das instituições onde os estudantes estão situados. Parece-nos, deste modo, que temos grandes possibilidades para contribuir para o processo de reconstrução do nosso país e possivelmente contribuir para os diálogos com outros povos e comunidades académicas da região Ásia e Pacífico.

Antero Benedito da Silva

anterob@gmail.com

Professor de Estudos para a Paz, Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL)

Teoria da P@x

MAI HUSI NEEBE NO ATU BA NEEBE, ESTUDU BA DAME NIAN [1]

Militar sira atus lima resin mak hamamuk tiha kuartel geral FFDTLhodi organiza demonstrasaun antagonistika iha loron 28 fulan Abril tinan 2006. Loron hirak tur fali, iha bebonuk, knua kiik oan ida besik ba ponte Comoro nian, parte Lorosae Sidadi Dili nian, fatin neebe mos hau hela ba, labarik sira kaer fatuk, foinsae sira kaer samurai halibur iha grupu. Sira involve iha konfrontasaun violentu, ho objektivu politika ou dalaruma mos nuudar hahalok kriminal deit. Familia sira hases an ba sira nian distritu original, no oituan deit mak kontinua hela iha bairo nee. Foinsae sira identifikadu ho aktu violentu. Ho insegurança neebe as tebes, bairo bebonuk sai zona mean ou perigozu iha sidade Dili.

Nai ulun prinsipais sira nasaun ninian husu ona intervensaun foun ba forsa internasional sira. Nunee, Australiano sira mak halo intervensaun uluk neebe lalais deit. Maske nunee, natureza intervensaun nee militaristiku liu tendensia ba haboot tan divisaun etnika Lorosae no Loromonu. Preukupa ho situasaun instabilidade ida nee, nuudar grupu antigu klandestinu, ami hasorumalu iha airuportu loron 2 fulan Junu 2006, no too ba konklusaun ida katak situasaun ida nee sei sai aat liu. Senariu funu sivil neebe estranjeiru sira mak sai kakutak, ho partidu politiku balun nasaun ninian, sai possibilidade neebe real. Senariu hanesan, halao husi União Democrática de Timorenses (UDT) iha fulan Agostu tinan 1975, hodi loke dalan ba invasaun Indonesia nian. Referensia sira mos hatudu katak politizasaun etniku nee konsideradu perigozu tebbebes. Ita hatene ho diak, katak konfliktu etniku iha Rwanda hamate ema kuaze millaun ida durante semana rua nian laran deit. Konfliktu etniku iha Iraq loke dalan ba intervensaun funu *pre emptied*, husi Estado Unidos da America iha fulan Marsu tinan 2003.

Nunee ami nian disposisaun nuudar timor oan neebe hatene diak situasaun nee, atu la husik sai at liu tan, ami hare nesesariu atu halo buat hotu mak bele hodi limita daet konfliktu kilat, nunee mos fo korajen ba foinsae sira hodi sai

sujeitu ba mudansa no rekuperasaun solidariedade sosial.

Nunee ami hahu ami nian intervensaun neebe base iha bairu bebonuk, ho grupu voluntariu foinsae kiik oan ida maioria feto sira mai husi bairu oioin iha sidade. Grupunee hanaran Belum Komunitariu. Tempu lao dadaun, ami nian ideas no numeru partisipante aumenta, no ho apoiu husi instituto lokal ida, hanaran Kdadalak Sulimutuk Institute (KSI), no movimento solidariedade estudante sira nian, ami realiza dialogu kritiku ba dahuluk iha bebonuk no bairu ida seluk hanaran Becusse iha parte leste sidade nian. Dialogu kritiku tanba partisipante sira diskuti hamutuk no investiga uza metodu analiza konfliktu balun hodi identifika abut konfliktu no defini estratégia intervensaun no transformasaun situasaun ida nee. Ami hakfodak ho partisipasaun aktivu foinsae sira no membro comunidade lokal nian neebe moris iha tauk laran. Amimos too ba konklusaun ida katak konfliktu ida nee ninian abut boot multi dimensional liuliu politiku no estruktural, entaun ami nian intervensaun mos nesesariu tenki iha nível hothotu, hodi koresponde situasaun ida nee. Ami servisu ho redi solidariedade internasional sira inkluidu grupu ida mak konesidu ho Global Partnership of Armed Conflict Prevention (GPPAC), hodi promove dialogu, fasilita enkontru ho nain ulun boot sira nasaun nian, nunee mos fasilita dialogu ho elementu petisionariu balun, partikularliu Gastao Salsinha, nuudar líder.

Hafoin mobilizasaun fulan tolu, iha Setembru 2006, tanba Belum Komunitariu sira ho tulun KSI, do Movimentos de Solidariedade de Estudantes no Forum Nacional de ONGs, ami halibur foinsae timor oan sira nain 200 husi distritu 13 iha Oecusse. Sira analiza hamutuk kausa konfliktu, hodi celebra mos Loron Dame ONU nian 21 Setembru 2006. Epoka neeba, grupu internacional barak ona mak halo intervensaun ba konfliktu nee hanesan Grupo de Madrid, Grupo de Nelson Mandela e do Comité Nobel da Paz da

Teoria da P@x

Noruega, no intervensaun boot liu tan mak ONU nian, hotu nee ho objektivu atu normaliza situasaun.

Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) nuudar instituisaun simbolika unidade nacional nian iha nasaun nian laran, mos naksobu ba asuntu etniku no politikuku. Ho apoiu estrutura UNTL nian, partikular liu Faculdade Siensia Sosiais, nunee mos ho apoiu finansieru oituan husi Missão Irlandesa iha Timor-Leste ami konsege estabelese fatin neebe ohin loran hanaran Instituto para Estudos de Paz e Conflito (IEPC). Institutu ida nee fasilita espasu dialogu iha universidade nian laran rasik hodi kontribui ba transformasaun konflitu neebe universidade nee hasoru dadaun. Iha Universidade, IEPC consegue organiza aktividade sira tuir mai nee, promove diálogo entre foinsae sira husi bairu no organizasaun oioin neebe rohan ba *peace camp* ida ho partisipasaun maksimu husi foinsae nain 50 resin, ba iha Ila Atauro fulan Maio de 2007. Fulan nee mos mak realiza segunda ronda eleisaun Presidencial, neebe antigu diplomata Doutor Jose Ramos Horta mak manan hodi kaer ukun tinan lima tuir fali.

Hafoin aktividade Atauro nian, ami rekrua participante balun hodi sai voluntariu no sira seluk sai agente importante ba dialogu sira neebe agensia seluk halao, inkluidu governu. Bainhira, klosan ran nakali sira sunu motuk uma populasaun nian tolunulu iha Uato Lari (fatin neebe konsideradu zona konflitu komunal), hafoin formasaun Governu Aliança Maioria Parlamentária (AMP) neebe liderada husi antigu konvatente Xanana Gusmao, dala ida tan Instituto para Estudos de Paz e Conflito (IEPC) halo intervensaun lalais e servisu hamutuk ho nai ulun komunitariu sira, prosesu neebe rohan ba dialogu ida neebe hamosu Declaração de Paz iha Dare, fim de 2006. Hahu husi neeba IEPC fasilita ona interkambiu regional oioin ba akademiku no estudante sira, realiza peskiza ho partisipasaun estudante sira, no partisipa mos iha reuniaun publiku no movimento sosiais sira.

Atu fo continuidade ba aktividade oioin, ami nian forsa maior mak kontribuisaun nafatin voluntária no heróica ami nian estudante sira no akademiku balun iha UNTL.

Ami haksolok tanba voluntariu nain ruanulu resin mak hetan ona servisu nuudar funsionariu lokal ba agensia ONU balun, no sira seluk servisu ho agensia Estado no ONG sira. Tinan 2012, IEPC publika livru ida konaba kestaun petisionariu, no livru rua sira seluk konaba transformasaun polisial no movimentu klosan klandestina sira, neebe sei iha prosesu editing. Konaba peskizadores sira, bainhira hahu programa nee, hau mak uniku akademiku iha área Estudo Dame nian. Ohin loran, ami iha PhD ida iha área Edukasaun ba Dame, no magíster nain tolu iha área hanesan, no tinan ida nee mak ba dahuluk, UNTL apoiu Instituto para Estudos de Paz e Conflito, hodi hari programa posgraduasaun Estudos de Paz e Conflito. Pelumenos estudante nain 12 mak admitidu ona atu hahu programa nee, no entre sira nee, nain rua, liu husi programa kooperasaun regional ho Peace and Human Security, halao dadaun sira nian estudu iha Universidade de Osaka iha Japão. IEPC tenta dadaun atu multiplika ninian relasaun neebe dinamika ho plataforma regional no internasional sira, instituisaun akademiku sira, inkluidu Universidade sira balun iha Portugal.

Ohin loran, Instituto para Estudos de Paz e Conflito kaer ba pilares tolu iha ninian programa mak hanesan programa pós-graduação, pesquisa e treinamento, partikularmente iha área lideransa nian. Fulan Stemburu 2012, IEPC komesa ona programa *Mulheres, Paz e Lideranca*, no estudante nain ruanulu resin husi Universidade sira iha sidade Dili mak tuir ona programa nee too tinan 2012 remata. Atu aseguru qualidade hanorin, ami mos iha planu atu konsidera transformasuan ba pedagogia edukasaun nian iha Timor Lorosae. Ita presiza kahur metodu klasiku tutorial ho paradigma foun sira mak hanesan método partisipatoriu e a pesquisa de acção ba transformasaun sosial. Peskiza asaun tulun estudante sira hodi hatoman an ho kestaun fundamental global nian no comunidade lokal ninian inkluidu instituisaun sira neebe estudante sira afilia ba. Ami iha possibilidade boot atu kontribui ba prosesu rekonstrusaun nasaun RDTL no bele mos kontribui ba dialogu povu nasaun

Teoria da P@x

seluk seluk no comunidade akademiku iha sira
rejjaun Asia no Pasifiku.

Antero Benedito da Silva

anterob@gmail.com

Professor de Estudos para a Paz, Universidade
Nacional de Timor-Leste (UNTL)

Notas:

[1] Versão tétum do texto 'Como surgiu e para
onde vai o Estudo da Paz', por Antero Benedito
da Silva.

Teoria da P@x

TIMOR-LESTE: DEZ ANOS DE INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA

Timor-Leste celebrou o décimo aniversário da sua restaurada independência num ano em que também realizou eleições presidenciais e legislativas competitivas muito participadas. O primeiro centenário da Revolta de Manufahi foi igualmente recordado, ao passo que se começaram preparativos para assinalar os 500 anos da chegada dos portugueses à ilha. Quer isto dizer que as justas celebrações da independência foram colocadas numa perspetiva histórica de longa duração, e que a jovem nação se pode orgulhar do seu percurso na construção de uma democracia plena. É precisamente este último ponto que gostaria de abordar, tomando de empréstimo a perspetiva histórica que enquadra a experiência dos últimos anos num contexto mais amplo.

A restauração da independência – como a Constituição se refere ao que ocorreu em 20 de maio de 2002 – marca o fim de um conturbado processo em que se enredam a dominação colonial portuguesa e a experiência neocolonial indonésia. Esta última, pela brutalidade de métodos que assumiu, foi responsável, no dizer insuspeito de Benedict Anderson, pela rápida cristalização de um novo nacionalismo timorense. As suas raízes remontam ao período colonial português, como se quis assinalar com a homenagem ao já longínquo feito de Dom Boaventura, ou à revolta de Viqueque em 1959, de contornos mais difusos e ambíguos. Teve sem dúvida um momento forte de afirmação na sequência imediata do 25 de abril em Lisboa, quando vieram à luz do dia soluções rivais sobre o destino a seguir pelo território em processo de autodeterminação que então se julgava possível. Mas foi sobretudo como reação profunda e generalizada à dominação indonésia que o nacionalismo timorense se veio a constituir da forma que estruturalmente se revelou aos olhos do mundo após o referendo de 1999. Se não bastasse a coincidência entre o fim do colonialismo clássico e do neocolonialismo num momento simbólico para individualizar o caso Timorense, o facto de apresentar um

movimento nacionalista plural, composto por correntes sociopolíticas diferenciadas, seria elemento decisivo para o singularizar.

É verdade que em 1974 o movimento nacionalista se havia afirmado já com uma pluralidade de opções, que foram fazendo e desfazendo alianças num curto espaço de tempo. Uma delas – a da integração na Indonésia – venceu no curto prazo, mas foi arredada do coração do povo no tempo que realmente conta, e depois de 1999 deixou de fazer parte do cenário político. Outras que já então existiam tiveram sortes diversas ao longo dos vinte e quatro anos. Outras ainda vieram a nascer ou a alterar profundamente o seu significado cultural ao longo desse mesmo período. Como exemplos, citem-se o movimento estudantil que acompanhou o desenvolvimento dos níveis de escolaridade e se tornou uma força decisiva sobretudo em meios urbanos, também eles em crescimento acelerado; ou a Igreja Católica que se “timorizou” em diversos sentidos e foi capaz de articular uma revolta visceral no sentido da libertação nacional.

A existência de pluralismo é um requisito indispensável ao estabelecimento de uma democracia – e Timor-Leste teve desde o início um nacionalismo plural que oferecia uma base fundamental para a construção dessa “casa comum” institucional. Havia, é certo, que traduzir esse pluralismo em formas de organização política que dessem efetivas garantias de o acarinhar. Esse não foi um processo fácil, não que não houvesse “boa vontade”, mas em função do carácter paradoxal que tem a tarefa de construir uma democracia através de uma “autocracia benevolente”. Foi esse o papel das Nações Unidas no período de transição.

O tipo de problemas que esta abordagem coloca pode ser exemplificado com a questão da elaboração da Constituição. Enquanto uma expressiva parte dos timorenses comprometidos com a Resistência propugnavam por uma “convenção constitucional” que desse

Teoria da P@x

expressão a uma inovadora forma de constitucionalismo participativo, os altos dirigentes das NU entenderam que só um modelo clássico de eleições (prematuras) para uma Assembleia Constituinte dava garantias que a “comunidade internacional” entendia. Tratou-se de desenhar o processo constitucional ao arpejo de grande parte dos timorenses, e de lhes entregar depois a criança para dela tratarem.

Uma das opções constituintes que maior relevo teve foi a escolha do sistema de governo, que Timor-Leste recuperou da experiência portuguesa (como variados outros elementos do seu passado colonial, agora em contextos e configurações distintas). O modelo semipresidencial tem suscitado debates variados e acalorados, mas creio que a experiência timorense permite uma leitura positiva do seu desempenho. A sua principal virtude – apesar de problemas que podem ser suscitados pela opção por um Presidente da República com poderes limitados se comparados com outras experiências lusófonas, como salientaram Marina Costa Lobo e Octávio Amorim Neto – residiu precisamente em se adaptar à natureza plural do nacionalismo timorense, e de proporcionar ao presidente meios para prosseguir políticas inclusivas, chamando para dentro da casa comum forças e correntes de opinião que não encontravam o seu lugar nas incipientes instituições da República. Quando “tentações autoritárias” – detetadas por observadores independentes como Jacqueline Siapno ou Sven Gunnar Simonsen – associadas ao exercício de um poder pouco controlado, foi ao Presidente que coube um papel moderador. Quando os *checks and balances* que deveriam ser desempenhados pelo poder judiciário, pelos media, pela sociedade civil e pelo eleitorado se revelaram efetivamente fracos perante o poder executivo (“*Strong Government, Weak State*”, disse Anthony L. Smith) foi ao Presidente que coube utilizar mecanismos de *horizontal accountability* que democracias maduras talvez tenham outro modo de desenvolver. Mesmo com poderes relativamente diminutos, mas com uma capacidade enorme de se articular com formas de legitimação política que ultrapassam as

fronteiras do que Weber chamava o sistema racional-legal, e entram no campo das lideranças carismáticas (sobretudo a de Xanana), puxando-as no sentido de se institucionalizarem como lideranças efetivamente democráticas, a presidência da República baseada no sufrágio universal mas sem funções propriamente executivas, parece ter dado mostras de se adaptar às necessidades de representação política do nacionalismo plural dos timorenses.

Hoje em dia o edifício institucional do Estado está mais equilibrado do que nos dias que se seguiram à independência, quando era notório o desenvolvimento profundamente desigual dos vários ramos do poder. O arco do poder parece ser mais aberto e o poder das vozes é maior. Trata-se de um processo que não se encontra terminado, mas que assenta em bases políticas sólidas, e com inquestionáveis pergaminhos democráticos.

Rui Graça Feijó

ruifeijo@ces.uc.pt

Pós-Doutorando, Centro de Estudos Sociais

Teoria da P@x

IDEIAS DE DIREITOS HUMANOS NOS MURAI E GRAFFITI DE TIMOR-LESTE

O objetivo deste artigo é analisar os graffiti e murais em Timor-Leste como espaços de liberdade de expressão e diálogo sobre percepções de direitos humanos durante a primeira década de independência do país [1]. Através da análise visual de murais e graffiti fotografados entre 2003 e 2012, defendo que a geração mais jovem utiliza este espaço público como meio alternativo de comunicação de ideias e experiências emocionais, que agrupo nos seguintes temas: memórias do conflito e catarse social; resistência e identidade; contestação política e reivindicação de direitos.

Memória e Catarse Social

Os murais e graffiti fazem parte da paisagem das cidades e vilas de Timor-Leste. Alguns representam memórias da violência da ocupação Indonésia, visíveis em pinturas onde predominam imagens de caveiras, demónios, anjos e figuras fantasmagóricas. As práticas tradicionais timorenses alicerçam-se numa relação forte com o passado, através das quais a memória, a comemoração e os rituais que celebram o passado e que honram os mortos constituem um caminho indispensável para alcançar a justiça e prosseguir com a vida social. Os murais representam, desta forma, um papel importante na memória e, simultaneamente, na catarse individual e social. De acordo com o poeta Abé Barreto Soares (*in* Parkinson, 2010) existe uma necessidade de “expressão das emoções humanas”, “sejam más ou boas”; por isso, a “fúria e frustração” encontraram um “espaço terapêutico” nos murais.



Mural em Díli, 2012. Fotografia da autora.

Podemos estabelecer um paralelo entre a realidade timorense e a experiência da Irlanda do Norte, onde a memória de um passado violento e socialmente fragmentado é comemorada em pinturas murais. Depois de três décadas de conflito e do processo de paz, as paredes da cidade de Belfast ainda ostentam símbolos dos heróis e espaços de luta representativos dos dois lados do conflito (Rolston, 2010). Em Timor-Leste, os murais com representações de fantasmas e espíritos expressam assim valores fundamentais da identidade timorense: o respeito pelos antepassados e pelos heróis tombados na guerra e o sacrifício (*susar*) e o sofrimento (*terus*) do povo Timorense durante os anos da ocupação indonésia (Silva, 2010).

Resistência e identidade

A ‘arte de rua’ de Timor-Leste comemora, igualmente, a independência alcançada e a resistência contra o invasor. A luta contra o colonialismo (*funu*) constitui um dos elementos onde se alicerça a nação e que une todos os Timorenses, independentemente do seu grupo étnico e afiliação política (Leach, 2008). Os membros mais jovens da denominada *geração foun* [2], a geração que nasceu durante o período indonésio e que foi educada no período da independência, procuram o reconhecimento do seu papel no movimento de resistência (Bexley, 2007). Os murais constituem um espaço público para a afirmação do seu papel na narrativa da luta pela independência da qual têm sido marginalizados.

A geração jovem expressa o seu orgulho nacionalista e sentido de nação através da pintura de murais com símbolos da resistência e as imagens dos seus líderes. Os artistas fazem uso da iconografia revolucionária, usando as imagens de Che Guevara (1928-67) e de Bob Marley (1945-81) [3].

Teoria da P@x



Mural de Nino Konis Santana em Lospalos, 2012. Lê-se em língua Fataluco: “Levanta-te para a Luta”. Fotografia da autora.

Contestação política e reivindicação de direitos

O graffiti como meio de resistência e protesto contra a autoridade legal, política e religiosa é característico das “culturas juvenis” em diversos pontos do mundo. Exemplos conhecidos desta forma de resistência política existiram na ex-União Soviética, Alemanha, Irlanda do Norte, Nicarágua e Palestina (Ferrell, 1995: 77), continuando a ser “uma arma” dos ativistas contemporâneos em países como o México, EUA, Venezuela (Abreu Sojo, 2003) e Egito (Cavalluzzo, 2011).

Em Timor-Leste, os anos da independência trouxeram a garantia dos direitos democráticos, o reconhecimento da identidade cultural Timorense e a possibilidade de acesso a direitos civis e políticos. Tudo isto tinha sido negado pelos governos coloniais ao longo da história do país. No entanto, a geração mais jovem tem assistido ao paradoxo entre o discurso dominante de direitos humanos e a prevalência de práticas socialmente injustas durante a experiência pós-colonial de Timor-Leste (violência política, um sistema ineficiente de justiça e manutenção da ordem pública, acesso desigual aos direitos económicos e de emprego), o que representa um desafio efetivo a uma cultura de direitos humanos em Timor-Leste.

Durante a crise de 2006 as paredes “gritaram” palavras de frustração contra os líderes políticos após a violência política que se seguiu à destituição dos soldados petionários das forças armadas. Os murais e graffiti refletiam as contradições da nação,

misturando paredes escritas com acusações e frases de indignação de uma juventude que se sentia marginalizada com graffiti que apelavam à paz e unidade nacional.



Nós, os deslocados, queremos paz e J...Unidade’, 2011. Atrás deste muro existia um campo de deslocados entre 2006 e 2008. Fotografia de Manuel Ribeiro.

O direito à Justiça é uma das áreas que preocupa mais a sociedade timorense. Existe uma tensão entre a necessidade de reconciliação e paz e a negação dos direitos de reparação às vítimas e as suas famílias pelas mortes e crimes graves ocorridos durante a ocupação indonésia (Kent, 2011). Os conflitos em torno da posse da terra constituem outro dos desafios mais prementes no país, dada a falta de legislação que regule uma situação complexa resultante da justaposição de regimes coloniais diversos e sistemas tradicionais de propriedade.



“Esta terra é propriedade do povo de Colmera”, Díli, 2012. Fotografia da autora.

Teoria da P@x

Em Timor-Leste, os murais são, para a geração jovem, um lugar de contestação política, mas também de expressão e diálogo sobre ideias de identidade e cultura, justiça e reconciliação, seguindo uma tradição global do muralismo como forma de protesto sociopolítico. As artes de rua em Timor-Leste projetam conceitos locais de direitos humanos. Estes murais representam “uma visão ética de um futuro desejado” (Quartaet, 2009) resultante de experiências passadas e presentes, simultaneamente de injustiça e sucesso na defesa da justiça social e dignidade humana, que cruzaram as vidas de sucessivas gerações de timorenses.

Marisa Ramos Gonçalves

marisamrg@yahoo.com

Institute for Social Transformation Research,
Faculdade de Artes, Universidade de
Wollongong, Austrália

Notas:

[1] A análise visual de graffiti e murais em Timor-Leste constitui o ponto de partida de um projeto de investigação de doutoramento com o tema “Intergenerational perceptions of human rights in Timor-Leste: Peacebuilding and social cohesion”, que usa como metodologia de investigação principal grupos de discussão focal. Este projeto de investigação pretende contribuir para um conhecimento crítico das percepções dos timorenses sobre direitos humanos e de como o seu conceito está a ser traduzido e apropriado localmente para uma forma vernacular.

[2] Esta expressão significa nova geração.

[3] Cf. Parkinson, 2010: 27, 72.

Referências:

Abreu Sojo, Iván 2003, ‘El graffiti en la V República Venezolana. Estudio del graffiti sobre asuntos públicos’, *Revista Latina de Comunicación Social*, 55, http://www.ull.es/publicaciones/latina/20035517a_breu.htm, consultado em 11/04/2012.

Bexley, Angie (2007), “The Geração Foun, Talitakum and Indonesia: media and memory politics in Timor-Leste”, *Review of Indonesian and Malaysian Affairs*, 41 (1): 71-90.

Cavalluzzo, James (2011), “Egypt's Cultural Revolution”, *Social Policy*, 41(4): 75-77.

Ferrell, Jeff (1995), “Urban Graffiti: Crime, Control and Resistance”, *Youth Society*, 27 (1): 73-92.

Kent, Lia (2011), “Local memory practices in East Timor: disrupting transitional justice narratives”, *The International Journal of Transitional Justice*, pp. 1-22, <http://ijtj.oxfordjournals.org/>.

Leach, Michael (2008), “Difficult memories: The independence struggle as cultural heritage in East Timor”, in Logan, W. and K. Reeves (eds), *Places of Pain and Shame: Dealing with 'Difficult Heritage'*. Londres: Routledge, pp. 144-161.

Parkinson, Chris (2010), *Peace of wall: street art from East Timor*, Forward by Dr Jose Ramos-Horta, Affirm Press, Mulgrave, Vic, Australia.

Quataert, Jean (2009), “Preface”, *Advocating Dignity: Human Rights Mobilizations in Global Politics*. Filadélfia: Pennsylvania University Press, , pp. xi-xii.

Rolston, Bill (2010), “Trying to reach the future through the past. Murals and memory in Northern Ireland”, *Crime, Media, Culture*, 6: 285-307.

Silva, Kelly (2010), *Reciprocidade, reconhecimento e sofrimento: Mobilizadores políticos no Timor-Leste independente*, in Leach, M., Mendes, N., Da Silva, A., Ximenes, A. e Bob Boughton (eds), *Hatene konaba/Compreender/Understanding/Mengerti Timor-Leste*. Hawthorn: Swinburne Press, pp. 66-72.

Teoria da P@x

MEMÓRIAS DE TIMOR

Escrevi este artigo a pensar que seria importante falar sobre um período crucial para o Estado Português, pelo seu empenho e mobilização, no processo de independência de Timor. Foi também um período conturbado em termos de Defesa Nacional pela instabilidade e mudança constante na tutela da Defesa que, apesar de tudo, a política externa em relação a Timor manteve-se inalterável. O contingente militar português em 2001 era constituído por cerca de 900 militares, o que para um país como o nosso representou um enorme esforço e uma clara demonstração da importância da causa timorense para Portugal.

A minha passagem por Timor-Leste pautou-se por duas missões completamente distintas. A primeira, como chefe da repartição de informações da PKF (Força de Manutenção de Paz) na missão da UNTAET, onde substituí uma célula australiana de Informações da INTERFET. Como havia ameaça, incluindo as milícias que tentavam destabilizar todo o processo inicial de independência, essa missão acabou por se revelar algo complexa na fase inicial. A segunda missão foi como comandante do setor central.

Timor-Leste foi dividido em três setores, tendo a parte portuguesa, na sua constituição, cerca de 1300 militares de Portugal, Quênia e Brasil tendo sido reforçado desde setembro de 2000 com forças da Coreia do Sul, Filipinas e Moçambique. O contingente português era constituído com base numa unidade de escalão Batalhão que na sua organização integrava uma Companhia de Fuzileiros e um Destacamento de helicópteros “Alouette” da Força Aérea Portuguesa. Contávamos também com uma Companhia Queniana responsável pela segurança do distrito de Ermera.

O comando do setor central era em CAICOLI (Díli) e tinha à sua responsabilidade uma área que era cerca de um terço de Timor, o que efetivamente representava garantir a segurança de seis distritos, o que em termos práticos significava cerca de 50% da população timorense. A área de operações do Setor Central abrangia os distritos de Liquiçá,

Díli, incluindo a ilha de Ataúro, Aileu, Ermera, Manufahi (Same) e Ainaro, o que era uma área demasiado extensa para manter uma presença permanente em toda a área, mesmo nas mais remotas.



Comando Setor Central da UNTAET. Fotografia de Comando Sector Central.

A satisfação cabal desse objetivo foi também dificultada pelas características do terreno, de onde se destacava a Cordilheira do Ramelau, pois provocava grandes restrições à mobilidade, aliada a uma rede de estradas com grandes limitações, resultantes quer da orografia quer das más condições de conservação e cujas condições de utilização pioravam na estação das chuvas. No cumprimento das minhas funções de comandante de sector, houve dois episódios que me marcaram e me vêm sempre à memória. O primeiro foi quando iniciámos a Operação Cobra. Estava muito preocupado porque desde a guerra do ultramar que não eram executadas operações de contraguerrilha. Tínhamos infiltrado já elementos de Operações Especiais que vigiavam os grupos de milícias que se infiltravam, pelo que a missão deste grupo de combate era capturar ou matar. Tinha a sensação na altura de que o único que estava preocupado era eu, talvez fosse a inconsciência da juventude mas, também, sem dúvida, a grande preparação física e psicológica que era dada à tropa portuguesa como uma tropa “especial”, contribuía para essa autoconfiança.

Teoria da P@x

O segundo episódio foi ainda mais marcante. No decorrer desta operação, um helicóptero caiu e morreram dois militares portugueses. Com estas mortes aumentaram para onze o número de mortos, nos diversos contingentes das Nações Unidas durante os primeiros dez meses de missão. As cerimónias fúnebres na Catedral de Díli e no aeroporto foram extraordinariamente marcadas pelos sentimentos, pela emoção e pelas lágrimas que escorriam nas faces de grande parte das forças militares presentes, bem como da população timorense.

Como conclusão diria que a Operação Cobra possibilitou um clima de estabilidade e de segurança, que teve como consequência a criação das condições para o incremento das atividades CIMIC, especialmente nos distritos de Ainaro e Manufahi havendo ainda muito trabalho para desenvolver especialmente no âmbito da assistência humanitária e reabilitação de infraestruturas. Foi necessário ter em linha de conta que a manutenção da segurança constituiu sempre a missão primária da Força de Manutenção de Paz, as atividades de apoio às populações tiveram sempre por base a utilização dos recursos disponíveis, configurando-se na prática como uma missão secundária, a qual foi prestada, contudo, com grande empenho e dedicação. Considerou-se sempre de extrema importância levar a cabo ou apoiar projetos que visavam desenvolver os hábitos de trabalho na população de Timor Leste, tendo em vista criar condições que levassem o povo do futuro país a conseguir os seus próprios meios de subsistência e a confiança renovada nas suas capacidades, tirando igualmente partido da apetência dos timorenses para receberem ensinamentos dos portugueses abrangendo as áreas de formação técnica nas vertentes de construção civil, ensino e educação cívica, educação física e ainda de saúde pública.

Muito mais haveria a dizer sobre Timor, termino dizendo que foi uma experiência profissional que vivi de forma intensa, ao serviço das Nações Unidas durante cerca de treze meses, onde aprendi muito, não só na parte operacional mas, também, no contato com as estruturas sociopolíticas, regionais e

administrativas de Timor, e a forte exposição à comunicação social com tudo o de bom e o de mau que daí advêm. Ainda hoje, recordo com saudade e orgulho a minha passagem por Timor porque sinto que fiz parte integrante de um processo que levou ao nascimento de uma nova nação do novo milénio.

Major-General Martins Ferreira

ferreira.jam@mail.exercito.pt

Exército Português

Observatório da P@x

Recursos sobre Timor-Leste, memória histórica e construção do Estado

Forum ONG Timor-Leste (Fongtil)

<http://fongtil.org/>

Luta Hamutuk

<http://lutahamutuk.org/>

East Timor and Indonesia Action Network (ETAN)

<http://www.etan.org/>

La'o Hamutuk

<http://www.laohamutuk.org/>

Fundasaun Mahein

<http://www.fundasaunmahein.org/>

Amnistia Internacional

<http://www.amnesty.org/en/region/timor-leste>

Human Rights Watch

<http://www.hrw.org/asia/east-timor>

International Crisis Group

<http://www.crisisgroup.org/en/regions/asia/south-east-asia/timor-leste.aspx>

Relief Web

<http://reliefweb.int/country/tls>

The Timor-Leste Studies Association

<http://tlstudies.org/>

Center for International Conflict Resolution – Columbia University

http://www.cicr-columbia.org/?page_id=183

RMIT University

<http://www.timor-leste.org/timor-leste-research/>

East Timor Law Journal: Analyses of legal issues in Timor-Leste

<http://easttimorlawjournal.wordpress.com/>

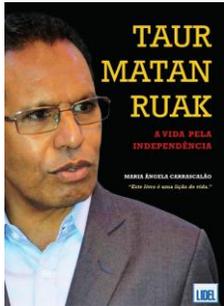
UNMIT

<http://www.unmit.org/>

<http://www.momentum.tl/>

Recensões

Carrascalão, Maria Ângela (2012) *Taur Matan Ruak – A vida pela Independência*. Lisboa: Lidel.



Viagem ao país das *uma lulik*

Dez anos são pouco tempo, mas para além da independência Timor-Leste tem já uma longa história que urge registar. Declarada a independência, um dos esforços principais situa-se ao nível da construção e reforço das instituições. Essa construção do estado deve-se ao papel que os timorenses nele têm ou tiveram. “Pobu Doben, Maun Bot Taur Matan Ruak, Lasama, Xanana, Cláudio Ximenes, Luolo, Mari, Lere”, foi assim que começou o último discurso do Presidente Ramos Horta, a 20 de maio de 2012, no campo de Tasi Tolu, em que se celebravam os dez anos da independência e tomava posse o Presidente Taur Matan Ruak. E em cada um destes nomes está um pilar fundamental da construção e sustentação do novo estado. Esta biografia insere-se nesta abordagem: dar uma perspetiva da história, marcar posição quanto às questões passadas, a história da Resistência, o referendo, a intervenção da ONU e a independência e o futuro do novo estado, sendo um roteiro pelas questões mas importantes em Timor-Leste.

Divide-se em três partes sintomáticas: “Ontem”, “Hoje” e “Amanhã”. A primeira ocupa-se essencialmente da guerrilha, onde ativamente participou Taur Matan Ruak, contendo também menções à Igreja e ao seu papel pela independência. A segunda, “Hoje”, é a mais extensa da obra e tem início no referendo de 30 de agosto de 1999. Percorre a fase de transição, a desmilitarização (Falintil, F-FDTL), a criação e consolidação da defesa e segurança interna (F-FDTL, PNTL), passando por uma análise ao governo de Xanana Gusmão, a busca de consensos sociais para a pacificação (o encontro de líderes em Maubisse), justiça e instituições tradicionais e a questão da língua, terminando com a instabilidade de 2005-2007 e uma análise dos atentados contra o Presidente Ramos Horta e o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão. Paradigmaticamente a última parte, “Amanhã”, situa-se na fase em que Timor-Leste se encontra agora: rumo ao desenvolvimento, tentando perceber que modelo de desenvolvimento é esse e qual é nele o papel das novas gerações, na perspetiva do Presidente que nomeou o Chefe da Casa Civil mais jovem de sempre.

A sociedade timorense é feita de subtilezas e detalhes, com códigos muito precisos que só a alguns são dados a conhecer. Sendo uma análise atual, este livro não deixa de estar cheio de subtilezas e mensagens, algumas bem direcionadas. Um dos gestos fortes do atual Presidente, pouco depois de tomar posse, foi enviar a declaração de bens ao Tribunal de Recurso, num gesto tão emblemático como inédito em Timor-Leste. Muito se especulou sobre se isso geraria uma onda de gestos similares na classe política e dirigente, mas o que é certo é que ninguém mais se lhe seguiu. No entanto, estava marcada a posição. Que dizer também, das afirmações de Taur sobre a necessidade da existência de cuidados universais de saúde no país acessíveis a todos os cidadãos (p. 456), e ao absurdo dos gastos das elites com saúde no estrangeiro, à luz do comunicado do Conselho de Ministros do dia 5 de dezembro de 2012, em que se analisou: “O processo de encaminhamento de pacientes para tratamento médico fora do país, especialmente a órgãos de soberania, deputados, membros do Governo e veteranos” [1].

Esta obra vale sobretudo pelo seu contributo empírico sobre a realidade de Timor-Leste e as diversas forças e dinâmicas presentes na sociedade. Seja qual for o foco da abordagem, seja ela da perspetiva futura do país, das políticas de *peacebuilding* e de *statebuilding*, da intervenção da ONU ou da cooperação internacional, essa análise não pode ser feita sem perceber qual é a realidade social. Isso implica conhecer o país das *uma lulik*, dos *biru*, dos *lia mate* e dos *lia moris* (casas sagradas, amuletos, representantes dos mortos e representantes dos vivos, em tétum, respetivamente), entre tantas outras coisas. Provavelmente uma análise do desempenho da ONU também não fica completa sem se entender a frase “Fomos humilhados, mas a última vitória será nossa” (p. 469), que surge entre demais considerações, mas que terá sem dúvida o seu significado.

Tal como é dito diversas vezes, o futuro de Timor-Leste está em aberto. Em aberto continuará também o escrever da história, dos factos que só agora começa a ser possível registar. É nessa linha que a biografia de Taur Matan Ruak se insere, dando o contributo empírico do antigo guerrilheiro, anterior Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e actual Presidente da República. A biografia de Taur está permeada de pistas da sua leitura crítica da realidade. “Dois Olhos Aguçados” (Matan Ruak, em tétum) que percorrem o passado, presente e futuro do jovem país.

Carla Luís

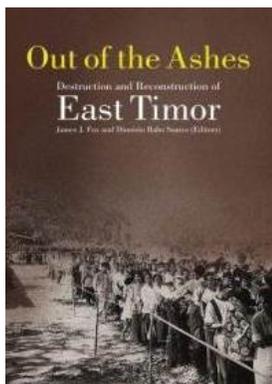
carlafluis@gmail.com

Doutoranda, Programa Doutoral em Política Internacional e
Resolução de Conflitos, CES/FEUC

Notas:

[1] Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/?p=7502> [acedido a 11 de Dezembro de 2012].

Fox, James J; Soares, Dionisio Babo (coord.) (2003) *Out of the Ashes: Destruction and Reconstruction of East Timor*. Canberra: Australian National University.



Este livro, organizado em três secções – ‘Contextualização’, ‘Avaliação’ e ‘Reconstrução’–, congrega vários e pertinentes contributos sobre os desenvolvimentos políticos, diplomáticos e de segurança em Timor-Leste. O que é comum a estes vários e ricos contributos é a ideia subjacente de um processo gradual de construção de uma identidade política e cultural central ao processo global de reconstrução pelo qual Timor-Leste ainda está a passar. A primeira secção – ‘contextualização’ –, fornece um contexto histórico geral centrado nas várias dimensões que influenciaram, direta ou indiretamente, a situação actual neste ainda recente país: o domínio colonial, as características demográficas ou linguísticas, ou as identidades culturais. No capítulo 4, parte central do livro, Dionísio Babo Soares analisa alguns dos desenvolvimentos mais fundamentais que Timor Leste experienciou ao nível político, tanto antes como depois do referendo, nomeadamente a política de terra queimada promovida pela Indonésia e pelas milícias pró-integração, a presença de uma força de paz no território liderada pela Austrália

(INTERFET), ou a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET) que marcaram o início de um novo episódio na história do país e o seu caminho rumo à independência.

Out of the Ashes apresenta também uma visão geral sobre os esforços diplomáticos que foram levados a cabo pelas Nações Unidas, Indonésia e outros atores internacionais ativamente envolvidos no longo e complexo processo político de apoio à resolução pacífica da disputa. Aqui é dado enfoque especial aos Acordos de Nova Iorque de 5 de maio (1999) que abriram caminho para o referendo que iria resultar, mais tarde, na independência do território. A campanha pela independência, bem como os impactos e implicações da consulta popular, são também avaliados neste livro. Ian Martin – antigo Representante Especial do Secretário-Geral para a Consulta Popular e Chefe da Missão das Nações Unidas em Timor Leste –, por exemplo, partilha (com uma clara abordagem pessoal) algumas reflexões sobre os objetivos da Missão das Nações Unidas, as suas implicações e dilemas. Na secção *Avaliação*, vários autores discutem e analisam as implicações mais vastas de um Timor Leste independente, centrando-se em questões relacionadas com a violência ocorrida

no pós-referendo, fluxos de refugiados, processos de reconciliação ou os riscos imediatos de implosão que poderiam questionar a viabilidade de uma transição política pacífica no imediato pós-referendo. Na secção final – *Reconstrução*, há um enfoque particular nas estratégias internacionais levadas a cabo para ajudar a lidar com os enormes problemas relacionados com a construção de um estado novo, independente e consolidado num contexto tão frágil, dando ênfase à Missão Conjunta de Avaliação e Reconstrução e aos grandes desafios enfrentados pelas Nações Unidas no território: desenvolvimento económico, reconciliação ou criação de instituições. Um dos pensamentos partilhados por Babo Soares no final deste livro é o de que responder a estes desafios assume-se como um passo crucial para a sobrevivência de uma nação, dependendo, acima de tudo, 'de como o seu povo se empenha para resolver os problemas dentro da sua própria sociedade' (p. 275). São estes alguns dos grandes desafios e conquistas que caracterizam ainda hoje Timor-Leste no quadro do processo de consolidação do novo estado do século XXI e que ficam, pois, bem retratados neste livro.

Daniela Nascimento

danielan@fe.uc.pt

Investigadora do NHUMEP, Centro de Estudos Sociais (CES)

OBSERVANDO AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM TIMOR-LESTE, 2012

A possibilidade de obter o estatuto de observador/a eleitoral acreditado/a nas eleições legislativas de 2012 em Timor-Leste constituiu uma oportunidade única de observar diretamente a forma como se pratica a democracia num país independente há apenas uma década. Estas foram as terceiras eleições legislativas (2001, 2007 e 2012) em Timor-Leste. A equipa visitou centros de votação no distrito de Díli, em dois subdistritos – Cristo-Rei e Vera Cruz – em diferentes momentos do dia, tendo incluído centros de votação quer urbanos, quer rurais.

Os centros de votação abriam oficialmente às sete horas, mas a partir das seis horas era esperado que as equipas responsáveis pelos mesmos estivessem nos locais a preparar as salas e a verificar os materiais. Começámos por Sabraka Laran (Cristo-Rei), onde, pelas 06:30, já havia pessoas em fila à espera da abertura das urnas. A verificação dos materiais e a preparação das salas foram feitas à luz de vela conferindo um ar solene e ao mesmo tempo quase místico ao processo de preparação das salas de votação. Uma das salas de voto deste centro de votação seguiu para a Prisão do outro lado da estrada. O segundo centro de votação visitado foi o de Dare (Vera Cruz) localizado na encosta da serra. As filas eram longas, mas todos/as esperavam ordeiramente. Era uma área mais rural e com uma maior percentagem de idosos, do que o local anterior, onde as pessoas nos olhavam e transmitiam orgulho de estarem em fila à espera de participarem naquele processo. A organização das salas era cuidada, proporcionando uma fluidez das pessoas a entrarem e a saírem num ritmo regular e rápido. Cruzámo-nos aí com o Embaixador da Austrália. O terceiro centro de votação visitado foi na Escola Hati-Kudus, novamente em Cristo-Rei, onde as filas eram longas e compostas por jovens em grande animação. O quarto centro de votação observado foi em Hera, ainda Cristo-Rei, mas rural, onde, pelas 13 horas o ambiente era bastante informal, já sem ninguém à espera para votar e apenas registando o aparecimento ocasional de um ou outro eleitor. Ficámos até ao encerramento das três salas de voto pelas 15 horas. Seguiram-se

os procedimentos de verificação e abertura das urnas. Por fim, já depois das 17 horas, observámos o processo de contagem e validação dos votos em Salim Colmera (Vera Cruz), onde o ambiente era descontraído, mas todos/as estavam muito atentos/as à contagem, validação e registo das decisões.



Eleições Legislativas, Díli, 7 de julho de 2012. Fotografia de Carla Luís.

Várias questões chamaram a nossa atenção ao longo das visitas aos diferentes centros de votação. Em termos de organização do processo e dos elementos das equipas responsáveis, o processo pareceu-nos bem organizado para um país com grandes dificuldades ao nível das infraestruturas básicas e as equipas responsáveis pareceram-nos bem preparadas para assegurar que o processo decorresse de acordo com a legislação vigente; refira-se ainda que o facto de os boletins de voto terem de ser assinados e carimbados na hora pelo/a responsável contribui para a diminuição da possibilidade de fraude eleitoral através da inclusão de boletins extra. Algumas questões a este nível merecem no entanto reflexão para atos eleitorais futuros: o posicionamento das ‘cabines de voto’ com as costas voltadas para a sala constrangia de alguma forma o direito ao voto secreto; o tamanho do boletim de voto também condicionou o direito ao voto secreto, e verificámos posteriormente, na contagem de votos, que nalguns casos provavelmente levou a que o voto fosse considerado inválido, pois algumas pessoas dobraram o boletim para votar e ao ‘furar’ o mesmo com o prego, acabavam, sem se aperceber, por fazer dois ‘furos’ no boletim; nalguns casos verificou-se ainda que, devido ao número de pessoas dentro de cada sala, o/a responsável por fornecer o boletim de voto não tinha capacidade de verificar se essa pessoa tinha já sido devidamente identificada

**Estudos sobre
a P@X**

anteriormente.



Eleições Legislativas, Díli, 7 de julho de 2012. Fotografia de Carla Luís.

No que diz respeito à participação das forças de segurança, nos centros visitados a sua presença foi pacífica e discreta. A legislação em vigor requer que haja forças policiais em cada centro de votação e que estas se devem localizar a 25 metros de distância do mesmo, exceto se for necessário impor a ordem. Apenas em Salim Colmera verificámos que os elementos policiais estavam dentro do recinto e, na verdade, dois dos elementos estavam a tirar notas da própria contagem e verificação dos votos, mas sem interferirem de forma alguma no processo. Pareceu-nos que a sua presença, na verdade, transmitia alguma segurança adicional às pessoas que participavam no processo quando as discussões subiam de tom.

Em relação à transparência, todo o processo nestes centros de votação nos pareceram totalmente transparentes, com discussão, quando necessário, sobre procedimentos ambíguos ou que tinham sido alterados relativamente às eleições presidenciais (março-abril 2012), com decisões tomadas por consenso, com possibilidade de acesso por parte dos observadores acreditados a todo o processo e, na contagem e validação dos votos, com possibilidade de qualquer cidadão/o também estar presente.

Por fim, a participação dos/as eleitores mais idosos, transmitiu-nos uma sensação de orgulho em participar e, os mais jovens, um ambiente de festa. Com base nos relatórios de outras entidades oficiais e de outras equipas de observação eleitoral, o dia decorreu sem incidentes graves a reportar.

Obviamente, que partindo das experiências individuais dos elementos da equipa e dos manuais de observação eleitoral existentes, vários aspetos podem ser considerados problemáticos, por exemplo, a utilização de tinta para identificar quem já votou viola o direito ao anonimato dos/as votantes. No entanto, pareceu-nos que alguns destes procedimentos, por agora, contribuem mais positivamente do que negativamente para assegurar o carácter democrático e legítimo do processo eleitoral do ponto de vista dos/as timorenses.

Estudos sobre a P@X

Maria Raquel Freire

rfreire@fe.uc.pt

Ramon Blanco de Freitas

ramon@ces.uc.pt

António Leitão

antonioleitao@ces.uc.pt

Paula Duarte Lopes

pdl@fe.uc.pt

NHUMEP, Centro de Estudos Sociais

PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA COMO PREVENÇÃO DA MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Existe um fenómeno interessante ao qual os cientistas sociais chamam de “maldição dos recursos naturais” (Auty, 1993). Neste contexto, pode dizer-se que os países ricos em recursos naturais, como por exemplo recursos minerais e petrolíferos, apresentam uma má *performance* devido a um sem número de fatores que, segundo alguns estudos, serão: (i) elevado nível de pobreza, (ii) corrupção e democracia enfraquecida e (iii) violência e instabilidade civil. Durante o período de 1989-1998, cerca de 41% dos conflitos a nível mundial deram-se em países do continente africano (Wallensteen e Sollenberg, 2001). De facto, a maioria destes conflitos, quer sejam internos ou entre países, acontecem devido a disputas pelos recursos naturais; os países mais ricos apresentam também os piores índices de qualidade de vida e uma constante ameaça de guerra. São exemplo disso, nomeadamente, Angola, Sudão, Congo, Nigéria, Sierra Leone, e Liberia.

Além dos fatores acima mencionados, podem também referir-se razões económicas, tal como a falta de empregabilidade no sector extrativo, uma vez que se trata de um sistema intensivo em capital, e não de mão-de-obra intensiva, recorrendo maioritariamente a tecnologia avançada e recursos humanos altamente qualificados. A própria dependência por partes destes países em relação às receitas do sector extrativo gera, quer seja para financiamento do orçamento de estado, conduzindo muitas vezes ao chamado ‘choque-de-preços’, quer pela variação imprevisível dos preços nas flutuações de mercado, gerando instabilidade económica e política. Outro fator, a chamada *Dutch Disease*, revela que a economia doméstica dos países ricos em recursos naturais tende a decrescer. Isto deve-se ao abandono e falta de investimento no sector produtivo, como a agricultura, que sempre constituiu a base da economia (“*Dutch Disease*”, Países Baixos, 1970). No caso dos Países Baixos, ter-se-á verificado a queda do sector secundário, sendo mais comum verificar-se negligência do sector primário quando se trata de países em desenvolvimento. O alicerçar das economias destes países em fontes de energia esgotáveis

compromete também o seu futuro. Isto verifica-se devido ao desconhecimento em relação ao uso de energias renováveis como fonte sustentável a longo prazo. Por último, a falta de transparência e *accountability* no contexto do sector extrativo, que se verifica desde a fase de exploração até às receitas produzidas, são fatores a considerar.

Baseando-nos simplesmente em todas estas experiências, o conceito de “maldição dos recursos naturais” descreve e explica, de facto, o falhanço por parte dos países ricos em recursos naturais em beneficiar as suas próprias comunidades, que acabam por não usufruir daquilo que lhes pertence por direito.

Contexto de Timor-Leste

No contexto micro de Timor-Leste, colónia portuguesa durante cerca de 450 anos e território ocupado pela Indonésia durante 24 anos, o conhecimento sobre os recursos naturais existentes e qual a melhor prática de gestão dos mesmos são totalmente desconhecidos por parte das comunidades locais. O primeiro governo pós-independência terá dado os primeiros passos positivos no sentido de prevenir que a riqueza em recursos naturais se torne uma maldição. Um dos pontos positivos foi o estabelecimento do Fundo do Petróleo, fundamental para a transparência e *accountability* do sector extrativo (*International Best Practice Adopted*). O governo de Timor-Leste comprometeu-se, assim, a implementar ativamente o *Extractive Industry Transparency Initiative* (EITI), garantindo que durante o processo de execução orçamental a transparência fosse sempre respeitada, para evitar casos de corrupção. Apesar desta iniciativa, há uma série de obstáculos que poderão conduzir Timor-Leste a esta ‘inevitável’ maldição dos recursos naturais.

A execução do Orçamento Geral do Estado ainda não cumpre os princípios de transparência e *accountability*. Segundo os dados da *Transparency International*, Timor-Leste situa-se na posição 143 do *ranking* e tem um *score* de 2.4 relativamente à corrupção. Estes valores mostram claramente que os níveis de corrupção são altos e a caderneta de Timor-Leste ainda é vermelha.

**Estudos sobre
a P@X**

Estas circunstâncias ajudam a que os investimentos feitos, quer em capital humano (educação e saúde), quer nos sectores agrícola, turístico e de infraestruturas, seja insuficiente e inadequado. Por outro lado, o governo timorense também reduziu as suas receitas *non-oil*, taxas domésticas através da reforma da lei tributária em 2008.

Na verdade, a resolução destes problemas não é fácil, principalmente quando não há vontade política de promover a boa governação por parte dos países ricos em recursos naturais. De facto, na maioria destes países existe um sistema de transparência e *accountability*, mas que na prática se trata apenas de uma formalidade. Os países democráticos líderes a nível mundial, que dependem da importação de petróleo e gás, muitas das vezes não têm interesse em fazer pressão diplomática no sentido de exigir transparência fiscal e implementação orçamental adequada. As companhias petrolíferas multinacionais também promovem as 'boas relações' com os governos e não fazem nenhum tipo de exigências no que diz respeito à transparência da gestão orçamental. As duas partes beneficiam com o silêncio.

Quem poderá fazer o controlo? Estas condições revelam que, de facto, não há outro caminho senão o da participação direta e da partilha de responsabilidades por parte da sociedade civil e das comunidades. Estes poderão trabalhar no sentido de pressionar o governo para uma gestão eficiente e justa dos recursos naturais, garantindo também processos transparentes.



Formação nos sub-distritos de Atabae, Balibo e Maliana, no distrito de Bobonaro, Abril 2009. Fotografia de luthamutuk.orf/galleries.

O modelo usado pela Luta Hamutuk para promoção da participação comunitária passou

pela criação de espaços de debate e discussão pública entre a comunidade e os seus governantes e a organização de seminários temáticos a nível distrital e nacional. Outra das vertentes passa pela capacitação e formação das comunidades rurais acerca de como fazer monitorização das atividades da indústria extrativa e do Orçamento de Estado em relação ao desenvolvimento nacional. Ainda, outra das contribuições da Luta Hamutuk é a simplificação da documentação oficial para uma linguagem mais acessível, como é o caso dos relatórios acerca das reservas de gás e petróleo, do Fundo do Petróleo, do próprio Orçamento de Estado, e posterior distribuição pelas comunidades locais. Por outro lado, faz-se também o acompanhamento das comunidades nas atividades de monitorização e advocacia.

Conclusão

A Luta Hamutuk acredita que é possível, através deste conjunto de estratégias e pela promoção destes espaços de discussão pública, desenvolver também perspetivas de como melhorar a gestão dos recursos naturais. Estes modelos de participação das comunidades ajudam ao seu envolvimento concreto no desenvolvimento da nação e participação ativa no controlo daqueles que são os seus recursos e que devem ser geridos com fins de interesse público. O resultado são comunidades informadas, envolvidas e fortalecidas pela vontade de questionar sobre a transparência dos processos e sobre a forma como o seu governo gere os recursos naturais, a riqueza do país. A Luta Hamutuk tem vindo a promover uma maior participação por parte da sociedade civil em geral e das comunidades com que trabalha, porque, afinal, é o próprio povo que tem nas mãos as 'armas' para se tornar o autor na luta e prevenção contra esta maldição dos recursos naturais.

Zenilton Zeneves

zenilton_zeneves@yahoo.com

Instituto Luta Hamutuk, Díli

Estudos sobre a P@X

Referências:

Auty, Richard M. (1993), *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis*, London: Routledge.

Wallensteen, Peter e Sollenberg, Margareta (2001), "Armed Conflict 1989-2000", *Journal of Peace Research*, 38-5, p. 629-644.

**Estudos sobre
a P@X**

UMA DÉCADA DE SOBERANIA EM TIMOR-LESTE: TESTEMUNHO DE UM VOLUNTÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS

O ano de 2012 será sem dúvida um ano especial para este pequeno país do sudeste asiático. Na parte Ocidental da ilha de Timor, naquele que é agora o exclave de Oecusse, foi colocado um padrão pelos portugueses marcando a “descoberta” do território, decorria o ano de 1512. Em 1912, já como parte integrante de um Portugal soberano, uma revolta liderada por Dom Boaventura esboçava uma vontade embrionária de um povo querer chamar a si a responsabilidade de traçar o seu caminho e escrever o seu destino. Tal poderia ter acontecido a 28 de novembro de 1975, após 63 anos de domínio português, com a declaração da independência do território e a escolha de um Presidente da República. Contudo, uma invasão Indonésia veio ocupar o espaço que antes fora de Portugal e adiar o sonho timorense por mais 24 anos. Foi já no ano de 1999 que, após um referendo organizado sob a égide de uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), o povo timorense exerceu o seu direito à autodeterminação e votou contra o estatuto de autonomia especial como província indonésia, consequentemente escolhendo o caminho da independência. A pedra basilar desta ainda jovem democracia aconteceria a 20 de maio de 2002, aquando da eleição do seu primeiro Presidente da República, Xanana Gusmão, eleito democraticamente de acordo com a Constituição Nacional em vigor. Esta data marcaria também a passagem da administração do território da ONU para o governo da República Democrática de Timor-Leste.

Foi com certeza especial poder estar neste país no decorrer deste ano. Não obstante o facto dos atos eleitorais realizados se apresentarem de extrema importância para o reforço democrático das instituições do estado, mas também por tal acontecer numa atmosfera de elevada carga emocional proporcionada pelos aniversários dos 500 anos da chegada dos portugueses ao território, dos 100 anos da revolta de Dom Boaventura e dos 10 anos da restauração da independência. Aterrei nesta ilha a 21 de janeiro depois de cerca de 34 horas de viagem. Trazia na mão uma cópia dos termos de referência, que explanava quais seriam as minhas funções. Cheguei meio perdido, pois tudo era um mundo novo.

Lembro-me do dia em que entrei no *compound* da ONU para receber o meu cartão de identificação. Aquela bandeira azul e branca provocou-me um sorriso. Depois de três semanas intensivas de treino e *briefings*, e mesmo perdido no meu *jetlag*, fiquei melhor elucidado sobre qual iria ser a minha contribuição para este país e o seu povo no geral, e mais especificamente a quem competia organizar as eleições que se avizinhavam.

Enquanto Voluntário das Nações Unidas (UNV) foi-me atribuída a missão de apoiar os trabalhos, no distrito de Díli, da instituição nacional responsável pela organização das eleições presidenciais e parlamentares no país: o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE). No STAE estariam quatro UNV por distrito, dois no apoio à logística, na qual me encontrava, e dois no apoio à educação de votantes. No órgão responsável pela supervisão das eleições, a Comissão Nacional de Eleições (CNE), estariam presentes também quatro UNV por distrito, dois de apoio à área de educação de votantes e dois na monitorização de atividades pré, durante e pós atos eleitorais. Ao contrário de outros atos eleitorais realizados no passado, estas eleições apresentavam uma particularidade: a ONU teria apenas um papel de apoio ao processo, sendo competência das instituições nacionais a sua organização, condução e supervisão. Este aspeto veio dificultar de certo modo a atuação dos UNV na medida em que se tornava por vezes difícil distinguir a ténue linha existente entre apoio e ingerência nos trabalhos do *staff* nacional. Contudo, no decorrer diário dos trabalhos e na interação com os nacionais, essa linha foi ficando mais perceptível. Competia-me portanto apoiar e aconselhar os funcionários do STAE em questões logísticas que se encontravam menos desenvolvidas, de modo a otimizar processos, recursos humanos e logísticos para que os atos eleitorais se realizassem de forma transparente, célere e de acordo com a lei e regulamentos vigentes.

Engane-se quem pense que os timorenses não sabem organizar um ato eleitoral! Sabem o que e quando acontece, sabem as ações a realizar passo a passo, conhecem o quadro legal existente.

**Estudos sobre
a P@X**

Houve porém uma vontade do estado timorense em melhorar e desenvolver a organização das eleições, sendo portanto necessária uma ‘injeção’ de *know-how* e capacitação de competências. A título de exemplo, o uso do sistema de base de dados com as informações dos eleitores, usado para o registo dos mesmos, foi alterado substancialmente, sendo agora feito em tempo real através da *internet*, caindo por terra a prática de levar os registos em suporte físico para a sede do STAE. Ora para tal foi necessário montar equipamentos, mantê-los e saber operá-los. No que dizia respeito ao transporte dos materiais de voto, não existia um plano de gestão de veículos para a sua entrega e recolha, sendo este processo feito de modo aleatório, o que tornava o procedimento mais moroso e com maior propensão à ocorrência de falhas.



Veículo das Nações Unidas, Díli, Timor-Leste, 2012.
Fotografia de Maria Raquel Freire.

Nos dias de votação foi fascinante ver as filas de eleitores, num total de cerca de 125 mil registados no distrito de Díli, à porta dos centros de votação à espera da sua abertura sorrindo orgulhosamente, exercendo um direito que tanto custou a conseguir. As votações decorriam sem que se apercebessem que no total, no distrito de Díli e por cada ato eleitoral, circularam entre 300 a 400 urnas de voto, entre 14 e 19 veículos, cerca de 600 cabines de voto, que suportavam 54 centros de votação com 134 estações de voto. As atividades iniciaram-se às 5 horas e apenas cessavam por volta das 3 horas da manhã do dia seguinte, após a recolha e contagem de todos os boletins de voto.



Eleições Parlamentares, Díli, Timor-Leste, 7 de julho de 2012. Fotografia de Maria Raquel Freire.

Após os dois atos eleitorais foram várias as congratulações endereçadas ao estado timorense, reconhecendo a legitimidade e transparência das eleições. Os timorenses não só prepararam, organizaram e conduziram as eleições como também participaram no processo. A título pessoal reconheci o sucesso desta missão num almoço com a equipa do STAE do distrito de Díli onde, após um discurso muito protocolar do seu coordenador, recebo um abraço acompanhado da frase “maun Tiago, servisu makaas. Obrigado barak!” (Irmão Tiago, trabalho forte/bom. Muito obrigado!) Missão cumprida!

Tiago Alves

tiago.alex.alves@gmail.com

Licenciado em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Voluntário das Nações Unidas (UNV) em Timor-Leste.

**Estudos sobre
a P@X**

A UE E O PRÉMIO NOBEL DE QUE PAZES?

Este artigo teve duas motivações. A primeira surgiu após conversas com colegas sobre o problema da objetivação da paz, sobre a tendência para tratá-la como uma coisa metafísica que transcende a forma como é reproduzida em diferentes contextos. A segunda esteve associada à atribuição do Nobel da Paz à UE. Quis saber que pazes justificariam a atribuição do galardão. Paralelamente, tropecei numa crítica de José Manuel Pureza (JMP) à atribuição do Nobel. Aí notei que tinha várias ferramentas para desenvolver uma reflexão: com os textos do Comité Nobel [1] e de JMP [2] podia identificar diferentes reproduções de paz e, entre essas, as que serviram de argumento à atribuição do Nobel; através da perspectiva de JMP podia fazer um contraditório, uma análise crítica da justificação oficial para a atribuição do galardão.

Este exercício assenta em três pressupostos. Primeiro, procura esquivar-se ao olhar metafísico sobre a paz, à objetivação da paz como uma coisa transcendente, com uma existência própria, una, imutável. A partir de uma perspectiva semiótica [3], tento identificar as expressões de paz contidas nos textos de JMP e do Comité Nobel para demonstrar que a paz não existe para além das diferentes formas imanentes, físicas, verbais e não-verbais, como é exprimida em diferentes (con)textos.

Segundo, é uma tentativa de (re)interpretação, ou seja, de descodificação/recodificação, apropriação e expansão da perspectiva de JMP com vista ao seu uso como contexto de interpretação e análise crítica, como contraditório do anúncio oficial do Comité Norueguês sobre a atribuição do Nobel à UE. Este contraditório será completado no final do artigo por uma terceira voz, pelo entendimento da paz exprimido por uma pessoa comum.

Terceiro, a identificação de inúmeras expressões de paz permite revelar a sua extrema volatilidade, o seu carácter camaleónico, capaz de assumir inúmeras significações num pequeno texto. A paz é quase tudo. Ao mesmo tempo a paz é quase nada. Em termos verbais, não passa de um sinal +, um sinónimo para dizer positivo. Apresenta-se como um nome, um

um substantivo, mas funciona como um adjetivo que assume a forma do nome ou do enunciado que está a qualificar, dando-lhes um carácter positivo, mascarando-os ao ponto de não ser possível identificar, para além do adjetivo, o nome ou o enunciado. Estes últimos são os pontos de partida para descobrir um significado de paz num contexto de signos. Por exemplo, no texto de JMP, apesar de não ser mencionada, certos enunciados remetem para uma paz socialista.

Segundo JMP, na UE há três tipos de paz que, a partir de 1992, têm vindo a ser substituídas por outra coisa qualquer:

- A **paz socialista**: " [A UE] Passou a dar primazia à competitividade sobre a coesão [económico-social] ";

- A **união entre povos europeus**: " [a UE] passou a dar primazia ao ser mercado sobre o ser união";

- A **ausência de guerra**: " [A UE] passou a dar primazia à intervenção militar sobre a prevenção e gestão pacífica dos conflitos fora das suas fronteiras".

Ou seja, para o autor, houve não-pazes que ganharam preponderância sobre as pazes que sustentavam a UE. Essas não-pazes são o "intervencionismo militar" e a "agressão" ou a "violência social" (competitividade e mercado traduzidos em agressão social). JMP dá também a entender que a **paz socialista** ("coesão", "modelo social de complemento do salário por serviços públicos e direitos sociais", "paz pela justiça social") foi determinante para a existência da UE como projeto de pazes. Por fim, o autor defende que o Comité Nobel, mesmo que, de forma implícita, tenha premiado a UE como um projeto de paz assente na **paz socialista**, ao não reconhecer o esvaziamento de várias pazes e especialmente da **paz socialista** por não-pazes, acabou por premiar outra coisa em vez da paz, e não contribui nem para realização da paz na Europa nem para a continuidade da UE.

De acordo com o anúncio oficial do Comité Nobel, a atribuição do galardão da paz à UE deve-se aos 60 anos de contributo para a paz

No Radar

como **perdão** (“*reconciliation*”); **democracia** (“*democracy*”); **direitos humanos** (“*human rights*”); **ausência de conflitos identitários** (“*ethnic and national conflicts*”); **ausência de conflitos ideológicos** (“*the division between East and West*”); **ausência de guerra** (“*from a continent of war to a continent of peace*”); e **amizade/união entre povos europeus** (“*fraternity between nations*”). Entre estas, o Comité Nobel dá maior destaque à paz como **perdão, democracia, direitos humanos e ausência de guerra**.

Usando o texto de JMP como contexto de interpretação do anúncio do Comité Nobel, é possível concluir que o Comité:

- Desconsidera o esvaziamento e as consequências do esvaziamento de certas pazes (**socialista, união entre povos europeus e ausência de guerra**) por não pazes (**intervencionismo militar e agressão social**);

- Não reconhece a importância da **paz socialista** como a condição de existência da UE como projeto de pazes, e como a razão (a mais importante) para a atribuição do Nobel; eventualmente, existe um reconhecimento tímido e implícito da paz socialista na alusão aos direitos humanos (inclui os direitos económico-sociais?);

- Apesar de destacar o papel fundamental de várias pazes, em especial das pazes **ausência de guerra, união entre povos europeus e democracia** para a atribuição do nóbél, não menciona a sua substituição pelo **intervencionismo militar**; pela imposição de políticas de austeridade (**agressão social**) que colocam governos europeus contra governos e povos europeus; e pelas imposições do FMI, de alguns estados europeus e de alguns agentes de mercado contra a **democracia** (contra a congruência democrática entre governos e governados). Resumindo, a partir da perspectiva de JMP, o Nobel da Paz atribuído à UE é um galardão que se anula a si próprio: premeia várias pazes sem premiar a paz socialista, a condição da UE como projeto de pazes; e não critica, ou premeia até, a substituição das várias pazes referidas no anúncio oficial por não-pazes.

Conclusão

Os textos de JMP e do Comité Nobel permitiram verificar que existem não uma, mas inúmeras expressões de paz que nunca transcendem a forma como são reproduzidas num determinado contexto, e cujo significado, em termos verbais, depende de uma relação/contexto de signos na qual certos enunciados podem ser apenas a ponta do *iceberg*. Por exemplo, apesar de não ser referida no texto de JMP, existem enunciados que remetem para uma paz socialista.

Para escapar ao despotismo das expressões político-governamentais de paz acima referidas, sem mencionar a questão da UE, perguntei a um velho o que era a paz. Ele disse que “a paz não é o fim da guerra” (n.b. este indivíduo combateu na guerra colonial). “A paz é a satisfação. A paz é um gajo andar satisfeito”. Foi a melhor definição de paz, a mais imanente e universal que ouvi até hoje. Sem necessidade de palavras, qualquer animal sabe o que é sentir satisfação, sentir-se em paz. Após uma pausa, o indivíduo acrescentou que “aquilo que temos na Europa não é paz”.

Marco Rosa

silvarosa.marco@gmail.com

Doutorando, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Notas:

[1]http://nobelpeaceprize.org/en_GB/laureates/laureates-2012/announce-2012/

[2]<https://www.facebook.com/jose.m.pureza/posts/149606638518621>

[3] Uma semiótica de Deleuze, Derrida, Jakob von Uexküll ou, em última instância, uma teoria dos sinais de Espinosa. Sobre esta, *vide* Lorenzo Vinciguerra.

No Radar

QUÊNIA: REESCREVENDO O FUTURO?

O Quênia prepara-se para as primeiras eleições desde Dezembro de 2007. No anterior ato eleitoral, a eclosão da violência - que em dois meses levou o país à beira de uma guerra civil - com cerca de 1500 mortos, 700 mil deslocados internos e outros tantos refugiados - originou um acordo de partilha de poder em Fevereiro de 2008.

As partilhas de poder têm sido recorrentes no continente africano, particularmente como mecanismos temporários de pacificação em acordos de paz. Desde a viragem do século, cerca de um terço do continente africano teve ou continua a ter experiências de partilhas de poder. No caso do Quênia o acordo de partilha de poder, alcançada num cenário de violência pós-eleitoral, estipulou a manutenção do candidato incumbente na Presidência (Mwai Kibaki) com a criação extra-constitucional *ad-hoc* de uma posição de Primeiro-Ministro (Raila Odinga).

A receita parece simples: perante cenários de violência decorrentes de graves transgressões do processo eleitoral e havendo fundadas reservas quanto à legitimidade do resultado desse processo onde não emerge um claro vencedor, as partilhas de poder entre candidatos adversários almejam a moderação e pacificação das tensões políticas através da formação de um governo de coligação que, além dos desafios tradicionais de governação de qualquer país, adopte um pacote de reformas direccionadas sobre as raízes próximas e estruturais do conflito. No entanto, não raras vezes as partilhas de poder mais não são do que casamentos de conveniência com reais perigos no curto e longo prazo (ainda que dependentes e variáveis em intensidade e contornos pela especificidade dos contextos a que se dirigem): entre outros, a institucionalização dos conflitos latentes na sociedade, propensos a cenários de bloqueios institucionais; bem como a perigosa mensagem que envia ao abrir o precedente para futuras eleições: a recusa dos princípios democráticos do jogo eleitoral conjugado com a opção pela violência como instrumento de acesso ou manutenção no poder.

Essa é a encruzilhada em que o Quênia presentemente se situa. Apesar de vários impasses e bloqueios pelo caminho, importantes

passos foram dados desde 2008. Uma reforma eleitoral obrigará ao novo vencedor da corrida presidencial ganhar maior apoio geográfico e com mais de metade dos votos, numa tentativa de desincentivar a tradicional mobilização política através da manipulação de identidades étnicas transformado em jogo de soma zero ao longo de décadas na política do país. Uma reforma judicial e uma nova comissão eleitoral são sinais de esperança num país que tinha perdido a sua confiança nestas instituições capturadas pela corrupção e clientelismo.

Indiscutivelmente, o maior sucesso é a aprovação por referendo de uma nova Constituição. O debate sobre o modelo de engenharia constitucional a adoptar no Quênia precede a sua própria independência. A inversão de posição de Kibaki em 2005 relativamente à reforma constitucional marcou a corrida eleitoral de 2007 e talvez a aprovação da nova constituição não tivesse sido possível sem o balanço de forças na coligação governamental, conjugado com o facto de ser o segundo e último mandato de Mwai Kibaki. A nova constituição introduzirá um novo quadro político-institucional e administrativo ao país – de estilo norte-americano –, com fortes reduções dos poderes presidenciais e com a devolução de poder ao nível local, criando novas aritméticas no acesso aos cargos executivos/governativos. Como reflexo disso, é previsível que, mesmo em menor grau, as tensões e riscos associados anteriormente na corrida presidencial se deslocalizem e multipliquem pelo Quênia.

As novas tecnologias associadas à informação ganham um espaço cada vez mais central na política queniana e nas próximas eleições. Além da introdução do voto electrónico, o Governo Queniano tem aplicado algumas medidas de controlo e criminalização de “*hate speech*” direccionado às redes sociais, blogues e estações de rádio. Em simultâneo, a própria sociedade civil tem contribuído com a criação de plataformas online - como *Uchagazi* ou *Ushahidi* - de recolha de testemunhos de atividades ilegais, incitação ao ódio ou violência eleitoral. O projeto Ushahidi entrou em funcionamento em 2008 pouco depois da eclosão da violência eleitoral no Quênia, mas a sua influência e

No Radar

potencial foi notória e estas plataformas foram já exportadas para diversas partes do mundo como a R.D. Congo, Gaza, Índia, México, Estados Unidos e Nigéria. No entanto, se por um lado as redes sociais estão em franca expansão no Quênia, por outro também a guerra de informação e propaganda através do controlo e aquisições de meios de comunicação social se faz sentir por entre as elites políticas desde o Verão passado. Noutra âmbito, a própria China investiu forte em meios de comunicação e informação no Quênia, vislumbrando-se uma nova estratégia na política externa chinesa perante o continente africano.

Mas um dos principais focos de tensão nestas eleições parte do facto que dois dos três principais candidatos (Uhuru Kenyatta e William Ruto) estão indiciados pelo Tribunal Penal Internacional por crimes contra a Humanidade nas eleições de 2007. Kenyatta e Ruto fazem parte das duas etnias com maior peso demográfico no Quênia (Kikuyu e Kalenjin, respectivamente) e, apesar de um longo historial de rivalidades e conflitos violentos, decidiram candidatar-se em conjunto (*Jubilee Alliance*). O seu julgamento estará previsto para se iniciar em Abril 2013 e poderá estender-se até finais de 2015. Um julgamento que pode não acontecer caso a *Jubilee Alliance* ganhe as eleições e que poderá ter consequências desastrosas em termos diplomáticos e económicos para o país. O mesmo se poderá dizer caso a *Jubilee Alliance* não ganhe a corrida presidencial, dado que provavelmente significará que pela primeira vez o principal posto político do país não é dirigido por um Kikuyu ou Kalenjin.

No próximo dia 4 de Março, o Quênia voltará a ter eleições. Muita coisa será diferente, muita dela será igual. Um novo quadro político-institucional, voto electrónico, uma sociedade civil mais organizada, mas o produto final dependerá sobretudo do mesmo de sempre: a vontade dos líderes políticos conseguirem pacificar potenciais conflitos que surjam, não os usando para seu benefício, e a capacidade do candidato que se vê derrotado em aceitar o resultado eleitoral. Caso contrário, será extremamente difícil quebrar o ciclo vicioso de

partilhas de poder em partilhas de poder. Os esforços realizados na promoção da democracia nos últimos 20 anos poderão revelar-se irreversivelmente revertidos. Os optimistas dirão que a violência de 2007 estará presente na memória de cada um para caírem no mesmo erro, o pessimista dirá que o Quênia raramente teve elites políticas que souberam estar à altura das responsabilidades.

Alexandre de Sousa Carvalho

hadscmb@gmail.com

Investigador no Centro de Estudos Africanos, ISCTE. Doutorando em Ciência Política, ISCTE.

Nota:

Por opção do autor, este texto não está redigido conforme as regras do Acordo Ortográfico.

No Radar

No sótão dos Estudos para a Paz

PublicaçõesEP

Barrinha, André (2012), "A Turquia e a Primavera Árabe", *Ciência e Cultura*, 64, 4, 43-46.

Barrinha, André; Marques Pedro, Guilherme (2012), "As RI portuguesas: para lá de uma ciência social", *Relações Internacionais*, 36, 5-10.

Cardoso, Katia (2012), "Comentário à crónica A exactidão do erro", in Santos, Boaventura de Sousa. *A cor do tempo quando foge – Vol. 2*. Coimbra: Almedina, 295.

Cardoso, Katia (2012), "Comentário à crónica Obama: The Day After", in Santos, Boaventura de Sousa. *A cor do tempo quando foge – Vol. 2*. Coimbra: Almedina, 376.

Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte; Nascimento, Daniela (2012), "The Nexus between Security, Development and Humanitarianism: A Critical Appraisal to Multidimensional Peace Missions", in Fulvio Attinà (org.), *The Politics and Policies of Relief, Aid and Reconstruction. Contrasting Approaches to Disasters and Emergencies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Freire, Maria Raquel (2012), "Russian Foreign Policy in the Making: The Linkage between Internal Dynamics and the External Context", *International Politics*, 49, 4.

Freire, Maria Raquel (2012), "A Política externa Russa e a 'Primavera Árabe: Ambivalência num Contexto em mudança", *Ciência e Cultura*, 64, 4, 38-42.

Freire, Maria Raquel (2012), "Consolidação da Paz em Timor-Leste: Um Modelo Híbrido – Entre a Formalidade e a Informalidade", *Globo*, 1, 50-53.

Pureza, José Manuel; Fernández, Joaquin Alcaide (2012), "La doctrina y el Derecho Internacional en una perspectiva post-positivista", in *Estudios de Derecho Internacional y Derecho europeo en Homenaje al Profesor Manuel Pérez González*. Valencia: Tirant lo Blanch.

Pureza, José Manuel (2012), "New Regionalism and Global Constitutionalism: Allies, Not Rivals", *European Society of International Law Conference Paper Series*, Conference Paper nº 8.

Roque, Sílvia (2012), “Comentário à crónica Viemos de Bagdad”, in Santos, Boaventura de Sousa. *A cor do tempo quando foge – Vol. 2*. Coimbra: Almedina, 97.

Roque, Sílvia (2012), “Comentário à crónica Pedagogia Constitucional”, in Santos, Boaventura de Sousa. *A cor do tempo quando foge – Vol. 2*. Coimbra: Almedina, 222.

Santos, Rita (2012), “Comentário à crónica O Preço da Segurança”, in Santos, Boaventura de Sousa. *A cor do tempo quando foge – Vol. 2*. Coimbra: Almedina, 298.

Santos, Sofia José (2012), “Media and Interculturality: Mapping Theories, Projects and Gaps”, in Susana Gonçalves, Mark A. Carpenter (org.), *Diversity, Intercultural Encounters, and Education*. London: Routledge.

Simão, Licínia (2012), “O programa nuclear iraniano e as suas dinâmicas de instabilidade regional no Cáucaso do Sul”, *PACTA, Revista do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas*, 1, Outubro.

Simão, Licínia (2012), “A role for the EU in Karabakh: conflict transformation anchored in a regional long-term strategy for the Caucasus”, *Caucasus Edition: Journal of Conflict Transformation*.

Simão, Licínia (2013), “EU_OSCE Inter-Institutional Interaction: Preventing Water-Related Conflict in Central Asia”, *Journal of Global Policy and Governance*, 1(2), 117-128.

JANEIRO

Teresa Cravo apresentou a comunicação “**Armed Conflicts, Peacebuilding and the Rule of Law**”, Harvard Institute for Global Law and Policy Workshop, Doha, Qatar, 5 a 14 de Janeiro de 2012.

Sílvia Roque orientou o primeiro módulo da formação sobre **Métodos de Investigação**, dirigida a ONG guineenses no âmbito do projecto Casa dos Direitos, Bissau 9 a 15 de Janeiro de 2013.

Sílvia Roque e **Rita Santos** apresentaram a comunicação “**Feminismos e Relações Internacionais: perspectivas sobre guerra, paz e segurança**”, Conferência Feminismo e Relações Internacionais, Centro de Cultura e Intervenção Feminista CCIF/UMAR, Lisboa, 19 de Janeiro de 2013.

DEZEMBRO

Sofia José Santos apresentou a comunicação **The UNSCR 1325 national implementation: challenges ahead**, seminário “Gender-based violence in armed conflicts”, Instituto da Defesa Nacional, 4 de Dezembro de 2012.

Sofia José Santos lecionou a aula “**Representações hegemónicas e contra-hegemónicas - os media para a paz**”, no âmbito do Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 7 de Dezembro de 2012.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Building peace? Or deconstructing pre-informed models? The United Nations in Timor-Leste**”, 2012 Annual Asia-Pacific Conference, Ritsumeikan Asia Pacific University, Ritsumeikan Center for Asia Pacific Studies (RCAPS), Beppu City, 7 a 9 de Dezembro de 2012.

Katia Cardoso apresentou o II volume do livro “**Estudos em Comemoração do Quinto Aniversário do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais**”, Almedina Atrium Saldanha, Lisboa, 14 de Dezembro de 2012.

Sílvia Roque apresentou o livro "**Guiné-Bissau: a destruição de um país. Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional**", de Julião Soares Sousa, Instituto Justiça e Paz, Coimbra, 21 de Dezembro de 2012.

NOVEMBRO

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação "**A Rússia e o Grande Médio Oriente**", o Conferências - Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 26 de Novembro de 2012.

Sofia José Santos apresentou a comunicação "**Gender and peace media: resistance, resilience and empowerment ... towards emancipation?**", nas Jornadas Internacionais "Género, comunicación y construcción de paz en África", Colegio de Abogados de Bizkaia, Bilbao | ACNUR Euskal Batzordea, 8 de Novembro de 2012.

Rita Santos lecionou a aula "**Feminismo e Relações Internacionais: perspectivas sobre guerra, paz e segurança**", no âmbito da licenciatura em Relações Internacionais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 20 de Novembro de 2012.

José Manuel Pureza foi discussant no painel "**Post-Liberal Peacebuilding: From State Formation to Peace Formation**", Seminário Internacional "Post-liberal peacebuilding: is peacebuilding inherently liberal?", Oslo, 21 de Novembro de 2012.

OUTUBRO

Katia Cardoso e **Sílvia Roque** apresentaram a comunicação "**Jovens e trajetórias de violências: uma análise de condições de (não) adesão a grupos violentos**", Projecto Coimbra Sem Violência, 2ª Sessão: "Violência Juvenil", Auditório da Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra, 3 de Outubro de 2012.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação "**Rússia e Ásia Central**", Curso de Análise de Dinâmicas Regionais de Segurança e Defesa, Instituto de Defesa Nacional (IDN), Lisboa, 15 de Outubro de 2012.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação "**A evolução da Ação Humanitária: dinâmicas e desafios**", III Curso de Operações de Paz e Ação Humanitária lus Gentium Conimbrigae/Brigada de Intervenção de Coimbra, Coimbra, 20 de Outubro de 2012.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**Saúde, direitos humanos e movimentos sociais**”, VII Seminário Internacional de Direito e Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 23 a 24 de Outubro de 2012.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Novas Guerras e Resolução de Conflitos: o caso Moldova/Transnistria**”, III Curso de Operações de Paz e Ação Humanitária lus Gentium Conimbrigae/Brigada de Intervenção de Coimbra, Coimbra, 27 de Outubro de 2012.